

Resenha Bibliográfica

Bacha, Edmar. *Introdução à macroeconomia: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1982. 204 p.

Apesar das aparências em contrário, a elaboração de obras didáticas introdutórias se revela extremamente complexa e não raro autores de reconhecida competência profissional são colhidos nas armadilhas dos modelos simplificadores.

O recente livro do Prof. Bacha parece conter exemplo da observação acima. Trata-se de um manual de macroeconomia para cursos de graduação e se destina a preencher uma lacuna na literatura sobre o assunto: o enfoque dos problemas macroeconômicos do ponto de vista das “economias em desenvolvimento”, procurando retomar assim uma preocupação um tanto esquecida nos últimos tempos. A “perspectiva brasileira” adotada pelo autor é, portanto, um ponto alto do livro, que merece ser preservado.

Logo no capítulo 1, o autor alerta para a necessidade de recorrer a pressupostos simplificadores, expondo as fontes teóricas que utilizará: “a linhagem que vamos seguir é a de Ricardo (...) que parte (...) do problema da geração e da distribuição do produto entre as classes sociais e dos conflitos daí advindos (...) e partindo daí passamos por algumas idéias de Keynes, mas sob a ótica desenvolvida por Michal Kalecki (...) assim como outra fonte de inspiração será a escola estruturalista latino-americana” (p. 20-1).

O modelo básico, em torno do qual o autor centrará sua análise, é o de “uma economia capitalista dentro de um quadro de concorrência oligopolista (...) (embora) no caso da economia brasileira (...) (em) boa parte da agricultura (...) predominem relações pré-capitalistas de produção” (p. 21).

Nesta breve resenha faremos referência a alguns aspectos a nosso ver mais problemáticos do livro.

Os capítulos 2 a 5 formam o eixo teórico da obra. Aí são tratados o “princípio da demanda efetiva” e questões de determinação de preços, distribuição de renda e dinheiro.

Como princípio básico, a elaboração destes capítulos perseguiu, segundo o autor, o abandono da “definição ortodoxa de economia” (o estudo da alocação de recursos em usos alternativos) (p. 27) e a aceitação das idéias de Keynes e Ka-

lecki. Para estes, salienta o autor, “produz-se não o que se pode (o produto potencial), mas aquilo para o qual existe demanda efetiva” (p. 27).

Três pontos merecem ser discutidos na análise da demanda efetiva feita pelo autor.

O primeiro refere-se às relações entre gasto e renda (ou entre gasto capitalista e lucro, ou ainda, entre investimento e poupança). O gasto é determinante, sustenta o autor, seguindo Keynes e Kalecki. Mas sua demonstração não é clara e apresenta problemas. Para Bacha, a explicação está no fato de que o gasto dos capitalistas independe da renda que auferem, pois desfrutam do crédito (p. 27; ver também p. 35). Não consta que nos capítulos da *Teoria geral* ou da *Teoria da dinâmica econômica*, em que Keynes e Kalecki formulam o princípio da demanda efetiva, estes autores tenham recorrido ao crédito para fundamentar o primado do gasto. O crédito, na verdade, tem lugar numa outra questão, logicamente posterior à demonstração do “princípio”: a do financiamento do gasto. As repercussões da abordagem dada por Bacha não são poucas ou pouco importantes: deixa sem demonstração o “princípio”; a relação entre poupança e investimento fica passível de qualquer interpretação; o papel da poupança no financiamento do gasto não fica delimitado com rigor.

O segundo ponto tem origem em uma das hipóteses simplificadoras usadas pelo autor. Em seu modelo, tijolo é capital e é também produto de consumo final. A nosso ver, a hipótese apresenta pouca serventia didática e é responsável pela omissão de contribuições importantes de Keynes e Kalecki. Assim, por exemplo, perde-se com a suposição a análise departamental que Kalecki tanto explorou. Mais grave, perde-se a especificidade da variável investimento, considerada por ambos como a variável chave na dinâmica econômica. Para Kalecki, o investimento é “problemático” porque apresenta dupla face: enquanto gasto, realiza lucro e, via os “multiplicadores”, a renda nacional; defasadamente, mas fruto da mesma decisão de investir, é também acréscimo de capacidade produtiva. Kalecki extrai daí sua teoria do ciclo econômico. Para Keynes, o investimento é a categoria de gasto central devido à sua instabilidade e esta decorre da antecipação do futuro incerto que a aquisição do bem de capital necessariamente implica para o investidor. A instabilidade das modernas economias capitalistas tem aí sua origem. Ora, a hipótese, tornando a produção de bens de investimento reversível a bens de consumo e vice-versa, liquida em ambos os casos com a especificidade do investimento, que passa a ter a mesma relevância que as demais “fontes de demanda”, consumo capitalista e consumo de trabalhadores. Não é por acaso que não se encontra no livro um tratamento sistemático dos “determinantes do investimento”, nem uma teoria do ciclo ou da instabilidade.

A terceira observação refere-se à concepção adotada pelo autor acerca das funções do dinheiro. Para ele, a demanda de moeda é estável, fração da renda nominal. O único motivo que se admite para demandar moeda é o de transação. A oferta, por outro lado, é considerada como inteiramente controlada pela autoridade monetária. Mais uma vez nos deparamos com uma simplificação extrema, e,

aqui também, com graves conseqüências. O fato de o autor descartar *a priori* quaisquer outras determinações da demanda de dinheiro (como a demanda especulativa, tão enfatizada por Keynes) e da oferta de dinheiro (como certa autonomia dos bancos e instituições financeiras em criar meios de pagamento) não apenas não corresponde à realidade, mas implica, ainda, conclusões mal fundamentadas e omissões. A partir de sua análise simplista do dinheiro, o autor conclui que “quem inflaciona ou deflaciona a demanda efetiva não é o espírito vital dos empresários, mas é o poder de quem tem autoridade para controlar o estoque de moeda” (p. 83). Portanto, para ele, tem importância decisiva nos rumos da economia a política monetária, conclusão que se enfraquece a si própria em função da precária base sobre a qual foi construída e, para dizer o mínimo, nada tem de não-ortodoxa. De outro lado, omite-se, no tratamento da moeda, qualquer referência à taxa de juros. Saliente-se que, sem uma teoria da taxa de juros, as questões da demanda efetiva, de um lado, e a do dinheiro ou de uma “economia monetária”, de outro, não se articulam. No modelo de Bacha, ambas as questões aparecem estanques, a ponto de o autor afirmar: “Podemos pensar que o mecanismo da demanda efetiva seja um mecanismo de ajuste instantâneo (...) E que o mecanismo da teoria quantitativa da moeda seja um ajustamento a médio prazo” (p. 84).

No capítulo 6, o autor desenvolve as relações entre o setor industrial — urbano — capitalista e o setor agrícola que ele considera como pré-capitalista, baseada na propriedade familiar de subsistência. Dentro desta perspectiva, o autor considera que “a instabilidade da oferta agrícola (...) tende a condicionar o ritmo de atividade econômica nas cidades e também o nível de preços da economia” (isto ocorreria pelo) “fato de a oferta agrícola ser insuficiente para atender à demanda de alimentos que resultaria de uma maior utilização de capacidade instalada na indústria” (p. 93). O autor examina, ainda, alguns problemas de política econômica, sobretudo os relativos às pressões inflacionárias provenientes da agricultura e, em particular, da agricultura de alimentos no Brasil.

O fato de o autor considerar a agricultura como um setor homogêneo pré-capitalista não lhe permite levar em conta que, sobretudo na última década, a dualidade da agricultura brasileira só tem feito crescer, não só em termos da antiga dicotomia latifúndio-minifúndio, como também com a organização de poderosas cooperativas de produtores agrícolas na região sul, notando-se cada vez mais forte a diferença entre uma agricultura avançada (de pequenos ou grandes estabelecimentos), usando insumos modernos, máquinas, etc., e uma agricultura atrasada tecnologicamente. Também discordamos da explicação dada pelo autor para a escassez de mão-de-obra que, periodicamente, afeta as atividades agrícolas. Segundo Bacha, isto decorre da alternativa que o assalariado rural tem de tornar-se pequeno proprietário ou parceiro. Esta explicação ignora o elevado preço da terra, que dificultaria uma possível aquisição de propriedade, e o elevado êxodo rural, decorrente exatamente da marginalização das populações agrícolas do campo. Na verdade, a falta de mão-de-obra no setor agrícola está muito mais ligada às suas características próprias, em que fases de intensa atividade — plantio, colheita —

se alternam com fases de reduzida ocupação de mão-de-obra. Na medida em que a produção agrícola se concentra regionalmente, como no caso da soja e do algodão ou da cana, e em que são abandonadas formas de ocupação de mão-de-obra mais tradicionais — como o colonato — a escassez de mão-de-obra, nos momentos de atividade mais intensa, tende a mostrar-se mais aguda.

Os quatro capítulos seguintes são dedicados à política monetária e à inflação. Nos capítulos 7 e 8, o autor discute os efeitos da inflação sobre o lado real da economia, dando destaque ao crescimento e à distribuição da renda. No capítulo 9, introduz a moeda e o crédito, determinando então o equilíbrio simultâneo nos mercados de bens e monetário. Finalmente, no capítulo 10, mostra como a aplicação de distintas políticas de estabilização alteram as relações entre inflação, crescimento e distribuição, discutidas anteriormente.

A forma como o autor estruturou sua abordagem à inflação fica clara se observarmos a divisão dos capítulos acima. Esta divisão exclui questões cuja validade deveria ao menos ser discutida, mesmo em se tratando de um texto introdutório. É o que ocorre, por exemplo, com a taxa de juros e sua influência na determinação inflacionária e a separação rígida que introduz entre o “lado real” e o “lado monetário” da economia.

A primeira questão deveria ser colocada, senão por motivos de ordem teórica, ao menos à luz de recentes experiências de aceleração inflacionária, em particular a brasileira. Quanto à segunda, o autor deveria ter presente que representa um retorno à “definição ortodoxa de economia” e é fruto de sua concepção das funções do dinheiro e do que seja uma “economia monetária”, como vimos, indevidamente simplificada.

Segundo Bacha, a funcionalidade da inflação reside em permitir que o mercado de bens permaneça equilibrado, uma vez que ela é vista como um mecanismo de extração de “poupança forçada” dos trabalhadores, sancionando taxas de crescimento mais elevadas da capacidade produtiva. Ora, este é um raciocínio tipicamente ortodoxo, no sentido de que subordina o aumento da taxa de investimentos a um crescimento prévio da poupança. Entre economistas latino-americanos e brasileiros em particular, encontramos explicações mais criativas das relações entre inflação e crescimento, que não se esgotam em recolocar a antiga discussão da relação salário-lucro e sua influência sobre o crescimento.

Os capítulos finais do livro tratam do comércio exterior. No capítulo 11, a análise está concentrada na relação entre preços (internos e externos), nível de atividade e balanço de pagamentos (este identificado a maior parte do tempo com a balança comercial) e seus efeitos sobre o equilíbrio da economia. Somente a última seção trata muito sucintamente do movimento de capitais. No capítulo 12, são examinadas quatro formas de correção de déficits do balanço de pagamentos: o mecanismo monetário automático, a promoção de exportações, as substituições de importações e a desvalorização cambial. O capítulo 13 examina as conseqüências da crise do petróleo e analisa as diferenças entre déficits por excesso de demanda e déficits estruturais.

Estes últimos capítulos tratam de problemas da maior atualidade, mas seria fundamental que o autor tivesse dado tratamento mais profundo aos movimentos internacionais de capital. Aliás, o descuido com este problema por parte dos economistas é um dos fatores responsáveis pela impossibilidade de solucionar o atual impasse do sistema financeiro internacional.

Julio S. de Almeida *

Lia Hasenclever *

Maria José Cyhlar Monteiro*

*Professores de macroeconomia na FEA/UFRJ.